



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

MIT
MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO

DECRETO Nº 3.410, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO DE 2022.

O Senhor **JORGE LUÍS DIAS**, Prefeito Municipal de Piratininga, no Estado de São, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

D = E = C = R = E = T = A:-

Art. 1º Os Órgãos da Administração Direta Municipal observarão, no Encerramento do Exercício de 2022, o disposto neste Decreto.

Art. 2º As despesas Covid serão todas bem identificadas sob um mesmo código de classificação, que permita sua clara identificação e, prestação de contas junto aos órgãos de controle.

Art. 3º Os demais gastos deverão contar com sólida expectativa de cobertura financeira, em consonância com o artigo 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º Fica proibido a entrada de pedidos de licitação, para cujos prazos de realização contratual se iniciem no Exercício de 2022, autorizados apenas aqueles com previsão de início de execução no exercício de 2023.

Parágrafo único: ficam limitados também a entrada de pedidos de licitação até a data de **30 de novembro de 2022**.

Art. 5º Fica limitada a **30 de novembro de 2022** a data de entrada no Setor de Finanças/Contabilidade, dos pedidos de empenhamento, liquidação e pagamento para a emissão de notas de empenho do corrente exercício.

§1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as despesas relacionadas abaixo, que poderão ser empenhadas até **20 de dezembro de 2022**:

- I- Pessoal, encargos e benefícios sociais;
- II- Juros, encargos e amortização da dívida pública;
- III- Serviços bancários;
- IV- Obrigações tributárias e contributivas;
- V- Precatórios, custas e depósitos judiciais;
- VI- Incentivos fiscais;
- VII- Recursos vinculados e suas contrapartidas;
- VIII- Educação e saúde, quando necessárias ao cumprimento dos índices constitucionais;
- IX- Fornecimento e tratamento de água e esgoto,
- X- Fornecimento de energia elétrica;
- XI- Serviços de telefonia fixa, de telefonia celular e de IP dedicado/compartilhado (internet);
- XII- Rescisão pela exoneração ou demissão de estatutários e ou comissionados;
- XIII- Conselheiros tutelares;
- XIV- Pensão alimentícia;



MIT

MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

DECRETO Nº 3.410/2022, FLS.02

- XV-** Aluguéis de imóveis;
- XVII-** despesas de prestação de serviços com cessão de mão de obra, sujeitas a recolhimento de INSS em folha de pagamento.
- XVIII-** Os empenhos de emergências, diretamente autorizados pelo Prefeito.

§2º Referida no caput, a excepcionalidade comportará o pagamento de empenhos alusivos às emendas impositivas dos vereadores, como forma de garantir a realização de, ao menos, 50% dessa espécie de despesa.

§3º Referida no caput, a excepcionalidade também comportará o pagamento de empenhos vinculados a precatórios judiciais, como modo de assegurar o cumprimento dos mínimos constitucionais, quer o do regime normal, do art. 100, da Constituição, quer o do regime especial, da Emenda Constitucional nº 99, de 2017.

Art. 6º Todos os saldos de empenhos emitidos anteriormente ao Exercício de 2022, inclusive, mas ainda não liquidados, deverão ter sua solicitação de cancelamento ou de não cancelamento enviada ao Setor de Finanças/Contabilidade, até **12 de dezembro de 2022**.

§1º Caso não seja enviada a solicitação no prazo fixado no caput do art. 6º, o Setor de Finanças/Contabilidade, cancelará automaticamente os saldos de empenho emitidos anteriormente ao Exercício de 2022.

§2º Para o cancelamento dos saldos de empenho emitidos no Exercício de 2022, as solicitações deverão ser enviadas Setor de Finanças/Contabilidade, até o prazo fixado no caput deste artigo.

§3º Os empenhos e os Restos a Pagar efetivamente não liquidados serão automaticamente cancelados na data de **13 de dezembro de 2022**, exceto:

- I- Os referentes a emendas impositivas dos vereadores;
- II- Os da Saúde que se inserem no mínimo constitucional de 15% da receita de impostos;
- III- Os da Educação que se inserem no mínimo constitucional de 25% da receita de impostos;
- IV- Os que contarem com disponibilidade financeira, após o atendimento dos empenhos e Restos a Pagar mencionados nos incisos I a III.

Art. 7º Fica limitada a **20 de dezembro de 2022** a data para prestação de contas e devolução dos valores não aplicados, referentes aos adiantamentos concedidos aos servidores Municipais.

Art. 8º Caso projetado que, em 31 de dezembro, haverá déficit financeiro superior a 1 (hum) mês de receita municipal, ficam proibidos, na data de publicação deste decreto, os gastos considerados não essenciais.

Art. 9º Fica limitada a **20 de dezembro de 2022** a data para os pagamentos à Administração Direta Municipal no corrente exercício, pelo Setor de Finanças/Contabilidade.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no caput deste artigo as despesas constantes nos incisos do § 1º do art. 5º que serão pagas até o dia **30 de dezembro de 2022**.

Art. 10 As Coordenadorias Municipais deverão remeter seu plano de licitações do Exercício de 2022 ao Setor de Finanças/Contabilidade, até **30 de novembro de 2022**.



MIT

MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

DECRETO Nº 3.410/2022, FLS.02.

Art. 11 Fica limitado o prazo de **31 de janeiro de 2023**, para a entrega de Prestações de Contas finais referente aos Termos de Parceria firmados com entidades do Terceiro Setor.

Art. 12 Fica limitado o prazo de **30 de dezembro de 2022** o prazo para levantamento de inventário dos bens móveis e imóveis.

Art. 13 Fica limitado em **28 de fevereiro de 2023** o prazo para entrega do relatório do Controle Interno do Município.

Art. 14 Os rendimentos financeiros do regime próprio de previdência só integrarão o Balanço Orçamentário quando houver o efetivo resgate da aplicação financeira.

Parágrafo único: Enquanto não houver o resgate de que trata o caput, os rendimentos comporão as variações patrimoniais ativas do Balanço Econômico.

Art. 15 O Controle Interno do Município e o Setor de Finanças/Contabilidade adotarão as medidas necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Art. 16 As situações não previstas ou excepcionais, devidamente instruídas, serão apreciadas pelo Setor de Finanças/Contabilidade.

Art. 17 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Piratininga, 19 de Outubro de 2022.

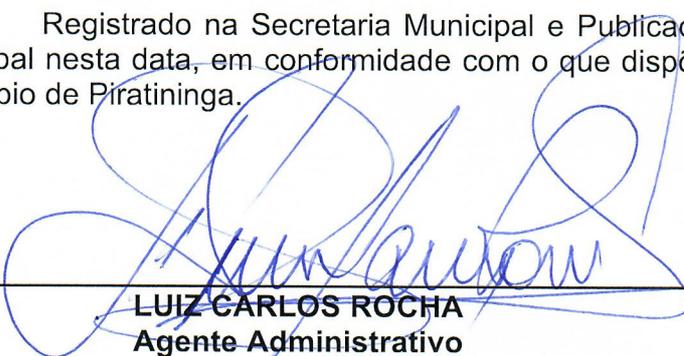




JORGE LUIS DIAS
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal e Publicada no Quadro de Avisos do Paço Municipal nesta data, em conformidade com o que dispõe o Artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Piratininga.





LUIZ CARLOS ROCHA
Agente Administrativo